



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**NOTA DA DIRETORIA NACIONAL DO ANDES-SN:
CPI DA PANDEMIA É URGENTE E NECESSÁRIA**

A gestão da pandemia por parte do governo Bolsonaro é absurda e é responsável pelo agravamento dos seus efeitos, pelo colapso do sistema de saúde e pelo aumento da letalidade da Covid-19.

Sua postura negacionista não permitiu a coordenação nacional, fragilizou medidas de isolamento social, estimulou tratamento precoce perigoso e ineficaz, além de promover a ausência de proteção à renda e ao emprego, condição fundamental para a adoção do isolamento no patamar necessário.

Estamos no quarto ministro da Saúde, tendo sido a gestão do general Pazuello a mais catastrófica. A falta de providências ministeriais diante do caos instalado no Amazonas foi um episódio criminoso.

Como resposta a essa situação, 30 senadore(a)s propuseram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de maneira ilegal, tem se negado a cumprir o regimento e instalar a CPI. Age dessa forma devido a sua aliança com Bolsonaro, blindando o governo e criando obstáculos para apuração dos fatos.

A Diretoria Nacional do ANDES-SN considera acertada a decisão proferida pelo ministro Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), determinando que o Senado instale, o mais breve possível, a referida CPI.

Queremos responsabilização pelos crimes cometidos contra nosso povo. O povo brasileiro precisa que o parlamento aja para salvar vidas e não para acobertar os crimes desse governo. Só iremos superar a pandemia mudando os rumos da condução do país. Sem tirar da presidência esse genocida, nosso povo continuará sofrendo e milhares morrerão.

CPI Já!

Fora Bolsonaro e Mourão!

Brasília(DF), 9 de abril de 2021

Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.